



(Investimentos estruturantes para o Concelho de Almada)

EU, JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

Torno público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Setembro de 2011 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 30 de Setembro de 2011, a Assembleia Municipal aprovou a seguinte Moção/Deliberação:

MOÇÃO/DELIBERAÇÃO

O presente Governo Constitucional iniciou funções há cerca de cem dias num quadro da maior crise financeira internacional e das obrigações de consolidação orçamental estabelecidas no Memorando de Entendimento entre Portugal e as organizações internacionais.

É de lamentar que o Governo PSD/CDS insista em acentuar medidas recessivas, aumentos de impostos recaindo quase exclusivamente sobre os rendimentos de trabalho e uma deliberada degradação dos serviços públicos.

Neste ambiente geral as medidas que têm um efeito negativo específico em Almada e na península de Setúbal são um claro exemplo de medidas precipitadas que afectam a competitividade e o crescimento acentuando os efeitos locais da crise nacional e internacional.

Refira-se os casos da suspensão do projecto do Arco Ribeirinho Sul, o propósito do Governo em cancelar o investimento na subconcessão de vários troços do Baixo Tejo, com particular destaque para a importância do IC32 para o nosso concelho, e ainda as indefinições associadas ao programa Polis para a Costa da Caparica.

A forma avulsa e pouco coerente como tem vindo a ser noticiadas estas intenções do governo, bem como aparentes avanços e recuos em algumas áreas, denunciam o facto de o Governo não ter uma perspectiva minimamente consistente da natureza do desenvolvimento que o país deve apostar e particularmente num distrito laborioso, de centralidade e essencial a uma estratégia de futuro, como é o distrito de Setúbal.



EDITAL Nº 114

Afectar-lhe a mobilidade rodoviária, condicioná-la de forma grave, como parece resultar do cancelamento do investimento de troços não especificados do Baixo Tejo e afectar também de forma tendencialmente definitiva a perspectiva da realização de investimentos indispensáveis aos concelhos do arco ribeirinho e tão necessárias à área da chamada Grande Lisboa, não é um caminho adequado ao desenvolvimento económico e humano, cortando assim os horizontes do futuro do distrito e dos seus cidadãos, o que não se aceita.

Saliente-se que à volta destes projectos existia um amplo consenso ao longo dos últimos anos entre os Governos do PS, as autarquias locais e os agentes económicos regionais.

Em Agosto, a Sr.ª Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e Ordenamento do Território anunciou a extinção da sociedade Arco Ribeirinho Sul, SA, e a suspensão do maior programa de reabilitação urbana em curso em Portugal. Alegando a falta de verbas, desconhecendo quer a dimensão e importância do projecto, quer o próprio horizonte temporal do mesmo.

Posteriormente o aparente recuo do Governo não pode por em causa o Plano Estratégico a desenvolver até 2028 devendo ser garantida a responsabilidade pela sua concretização o que não se coaduna com medidas inócuas como a fusão das sociedades Baia Tejo e Arco Ribeirinho Sul e a constituição de uma task force sem objectivos e poderes claros, que não visam mais do que o adiar a execução do mais importante plano de reabilitação urbana do pais.

No que concerne ao Programa Polis, e apesar das visitas que os deputados do PSD e das promessas do Governo, a verdade é a extinção do gabinete Pólis e a sua inclusão num organismo a criar -DGT- cuja orgânica e competências nem são ainda conhecidas, apenas indiciam que tal como no caso anterior o governo apenas pretende, "ir empurrando com a barriga", adiando assim a solução para aquele que é o maior Pólis de Portugal, localizado numa das áreas mais nobres do concelho de Almada.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 30 de Setembro de 2011, delibera recomendar ao governo:



EDITAL Nº 114

- . A concretização do projecto Arco Ribeirinho Sul com um modelo institucional eficaz dotado dos poderes necessários à sua concretização;
- . A concretização da conclusão do IC 32, de acordo com o Plano Rodoviário Nacional e a Declaração de Impacte Ambiental;
- . A conclusão até 2017 do programa Pólis da Costa da Caparica

POR SER VERDADE SE PUBLICA O PRESENTE «EDITAL» QUE VAI POR MIM ASSINADO E IRÁ SER AFIXADO NOS LUGARES DO ESTILO DESTE CONCELHO.

Almada, em 03 de Outubro de 2011

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(JOSÉ MANUEL MAIA NUNES DE ALMEIDA)